

UMA ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIFAL – MG

NA ANALYSIS OF PERCEPTIONS ABOUT UNIVERSITY EXTENSION AT UNIFAL – MG

UM ANÁLISIS DE LAS PERCEPCIONES SOBRE LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA EM UNIFAL – MG

Juliane Suellen Moreira Borges¹

RESUMO

O conceito de universidade é construído em três bases distintas, o ensino, a pesquisa científica e a extensão. Porém, nas universidades brasileiras, muitas vezes, é possível observar a inexistência da articulação entre estas três bases e na maior parte dos casos a extensão é colocada em último lugar na ordem de importância da comunidade acadêmica. Sendo assim, neste estudo se realizou uma análise a respeito da extensão através das concepções epistemológicas com base na percepção de docentes, discentes na Universidade Federal de Alfenas – MG, Campus Avançado de Varginha – MG, para averiguar quais as concepções de extensão são desenvolvidas e a partir da identificação das diferentes visões sobre a extensão nesse âmbito, apontar o que os discentes e docentes entendem por extensão universitária existentes no Brasil e na Universidade Federal de Alfenas – MG. Porém durante a pesquisa realizada, porém, pode-se observar que por não existir uma conceitualização única sobre o que é extensão, também não existe a estrutura para que seja possível a articulação entre as três bases, e a extensão acaba na maior parte das vezes sendo colocada em último grau de importância pela comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Pesquisa. Ensino. Epistemológicas.

ABSTRACT

The concept of university is built on three distinct bases, teaching, scientific research and extension. However, in Brazilian universities, it is often possible to observe the lack of articulation between these three bases and in most of the cases the extension is placed last in the order of importance of the community academic. Thus, in this study, an analysis of extension through epistemological conceptions based on the perception of teachers, students at the Federal University of Alfenas - MG, Advanced Campus of Varginha - MG, was conducted to ascertain which extension conceptions are developed and developed. From the identification of different views on extension in this area, point out what students and teachers understand by university extension existing in Brazil and the Federal University of Alfenas - MG. However, during the research, however, it can be observed that because there is no single conceptualization of what extension is, there is also no structure for articulation

¹ Bacharel em Administração Pública, Universidade Federal de Alfenas – MG: UNIFAL. E-mail: julianemborges@gmail.com.

between the three bases, and extension ends most of the time. being placed in the last degree of importance by the academic community.

Keywords: University Extension. Search. Teaching. Epistemological.

RESUMEN

El concepto de universidad se basa en tres bases distintas: enseñanza, investigación científica y extensión. Sin embargo, en las universidades brasileñas, a menudo es posible observar la falta de articulación entre estas tres bases y en la mayoría de los casos la extensión se coloca en último lugar en el orden de importancia de la comunidad académica. Así, en este estudio se realizó un análisis sobre la extensión a través de las concepciones epistemológicas basadas en la percepción de docentes, estudiantes de la Universidad Federal de Alfenas - MG, Campus Avanzado de Varginha - MG, para determinar cuáles son las concepciones de extensión desarrolladas y a partir de la identificación de diferentes puntos de vista sobre la extensión en esta área, señale lo que los estudiantes y los maestros entienden por extensión universitaria existente en Brasil y la Universidad Federal de Alfenas - MG. Sin embargo, durante la investigación, sin embargo, se puede observar que debido a que no existe una conceptualización única de qué es la extensión, tampoco existe una estructura para la articulación entre las tres bases, y la extensión termina la mayor parte del tiempo. ser colocado en el último grado de importancia por la comunidad académica.

Palabras clave: Extensión universitaria. Investigación. Enseñanza. Epistemológica.

INTRODUÇÃO

O conceito de universidade é construído em três bases distintas, o ensino, a pesquisa científica e a extensão. Porém, nas universidades brasileiras, muitas vezes, é possível observar a inexistência da articulação entre estas três bases e na maior parte dos casos a extensão é colocada em último lugar na ordem de importância da comunidade acadêmica. Assim, julga-se importante levantar a discussão a respeito dos conceitos que envolvem a extensão, que em alguns momentos é incompreendido e erroneamente associado ao assistencialismo praticado pela universidade (PAULA, 2013).

Para verificar o real entendimento da extensão universitária neste estudo se realiza uma análise a respeito da extensão através das concepções epistemológicas com base na percepção de docentes, discentes na Universidade Federal de Alfenas – MG, Campus Avanzado de Varginha – MG, ao averiguar quais as concepções de extensão são desenvolvidas pelos diferentes integrantes do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA e a partir da identificação das diferentes visões sobre a extensão nesse âmbito, apontar o que os discentes e docentes entendem por extensão universitária existentes no Brasil e com as

práticas adotadas institucionalmente pela Universidade Federal de Alfenas – MG.

O presente estudo se justifica por discutir a temática da extensão universitária dentro do campus avançado de Varginha – MG, da Universidade Federal de Alfenas – MG, através de agentes participantes e docentes envolvidos ou não com a extensão, ao mesmo tempo em que se investiga a evolução da extensão universitária desde o seu surgimento na Inglaterra até os dias atuais no Brasil. Ao realizar-se este estudo, cria-se uma base de dados para novas discussões a respeito do tema dentro do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) e da UNIFAL – MG, e ao mesmo tempo propicia suporte para que outras instituições e pesquisadores que possuem as mesmas dúvidas realizem novos estudos sobre a temática. Além de considerar-se a reflexão sobre o tema de extensão que é predominante no ICSA após a realização de entrevistas e análise dos dados obtidos e o seu impacto no desenvolvimento dos acadêmicos dos discentes ao passo em que pode propiciar à autocrítica por parte de docentes e discentes envolvidos com a extensão para que avaliem se seus trabalhos realmente são de cunho extensionista.

A universidade é pautada em três áreas distintas, porém complementares. São elas o ensino, a pesquisa e a extensão. A extensão foi a última a surgir e a ser incorporada nos ambientes acadêmicos. O texto a seguir propõe-se a descrever a construção da extensão universitária desde o seu surgimento na Inglaterra até a sua incorporação no Brasil (PAULA, 2013; MONTEIRO, *et al.*, 2009).

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária surge na Inglaterra, durante a segunda metade do século XIX, ligada a idéia de educação continuada como um contraponto do avanço da industrialização no mundo ocidental e como instrumento de contenção de revoluções populares. Neste período, a Inglaterra se equilibrava entre os avanços tecnológicos e comas frequentes revoltas da classe trabalhadora, fortemente oprimida pela ascendente sociedade burguesa (NOGUEIRA, 2001).

Neste contexto, a extensão ganha vida como fonte de intermediação entre a classe operaria e a sociedade, através da promoção da capacitação da mão de obra e pacificação. Portanto, a extensão acabava promovendo nas universidades o pressuposto de função exclusiva de formadora de profissionais, deixando de lado o cunho cultural e crítico em sua formação. Dessa forma a extensão universitária inicia sua construção vinculada a uma idéia

de educação continuada, dedicada à população adulta, que anteriormente não possuía representação dentro das universidades. As universidades então passaram a detectar as demandas desse novo público e após a sua análise, essas demandas eram transformadas em pequenos cursos e atividades diversas (ALMEIDA, 1991).

Para Paula (2013), a extensão universitária é uma consequência da história do capitalismo, desde que em meados do século XIX, o capitalismo vivia em constante estado de tensão, pós-consolidação da Revolução Industrial, levando à sociedade a momentos de contradições e dúvidas a respeito das teorias apontadas momentos antes e inovações políticas governamentais tendendo para o socialismo.

Segundo Melo Neto (2002), além do contexto social turbulento em que a Inglaterra, vivia naquele momento, desenvolve-se nas universidades a necessidade de contribuir de forma direta no conhecimento dos setores populares da sociedade. Esse contexto socialmente turbulento e o anseio de intervir na formação intelectual dos setores populares demandava ações apaziguadoras e imediatas. Para tal, o Estado inglês e as universidades acreditavam que somente políticas capazes de neutralizaras reivindicações dos operários e populares resolveriam o problema. Como facilitadoras do processo, as universidades foram convocadas a promover um novo vínculo com a questão social (PAULA, 2013).

Surgiu, assim, o que o hoje é chamado de extensão universitária. Na sequência do seu surgimento na Inglaterra, a extensão iniciou sua expansão por diversos países da Europa e logo começou a ser registrada também em universidades norte americanas, entretanto, com caráter de prestação de serviço nas áreas rurais e urbanas. No entanto, a corrente de prestação de serviços durante esse período popularizou-se amplamente nas universidades americanas. Na Inglaterra e por toda a Europa esse modelo enfrentou grande resistência, devido ao caráter humanístico presente desde os primeiros passos do modelo universitário europeu (NOGUEIRA, 2001).

A comunidade acadêmica necessitou desenvolver temáticas de extensão, pois só assim a extensão poderia alcançar o seu objetivo “apaziguador”. A universidade inglesa criou os movimentos mais gerais, integrando a universidade, o Estado, a Igreja Católica, que nesse período possuía grande poder social e os partidos políticos. Cada um, de maneira distinta, procurava oferecer contrapontos às consequências do capitalismo. Assim, as universidades começaram a buscar alternativas para que a cultura, as discussões e o lado crítico fossem construídos na sociedade e não somente ente a comunidade acadêmica. (ALMEIDA, 1991).

Para alcançar esse objetivo, desenvolveu-se a idéia de educação continuada, na qual o conhecimento do indivíduo é construído ao longo da vida e não somente durante aquele período de curso. As universidades tinham como objetivo oferecer novas oportunidades à população adulta, normalmente excluída do âmbito acadêmico. Elas propiciavam a educação em forma de cursos paralelos aos cursos regulares oferecidos pelas instituições e voltados para demandas específicas, voltadas tanto para os setores de produção industrial, quanto os de interesse popular (PAULA, 2013).

Segundo afirma Almeida (1991), as universidades norte-americanas adotaram inicialmente a versão de educação continuada, porém, ao longo do tempo, iniciaram a construção da sua própria versão de extensão. Assim surgiram dois tipos de extensão: a cooperativa e a universitária, ambas promoviam a mesma ponte de ligação entre a sociedade e a comunidade acadêmica. Para Melo Neto (2002), no entanto as visões de extensão surgidas nos Estados Unidos, no entanto tendiam a evidenciar as necessidades das comunidades, de forma que o caráter de prestação de serviços fosse dominante e visto como necessário.

A extensão cooperativa nasce na metade do século XIX, através da parceria entre o Estado e algumas universidades, com o objetivo de promover auxílio e assistência técnica para grupos de agricultores, e conjuntamente com o apoio técnico, inicia-se a inserção de conhecimentos sociais naqueles grupos. A extensão universitária por sua vez, encontra seu espaço nas próprias instituições de ensino superior, através de atividades curriculares, devido ao esforço de William Harper, coordenador responsável pela Universidade de Chicago, grande incentivador da extensão universitária como elemento de “extramuros”, e de caráter técnico (ALMEIDA, 1991).

Ainda na metade do século XIX, a América Latina, enfrentava forte pressão dos regimes totalitários ali instaurados, nesse contexto a extensão fundamentou-se inicialmente por meio dos movimentos estudantis e nas denominadas universidades populares, termo esse proveniente das primeiras décadas do século XIX na Europa e na própria América Latina, onde as universidades surgiram ligadas ao movimento operário e a partidos comunistas. As universidades populares tinham como característica principal o foco nos operários e as classes populares que, até aquele momento não tinham espaço em nenhum outro local que oferecesse acesso ao ensino “formal”, com a intenção de promover a democratização o conhecimento e incentivar as classes populares (BENZAQUEN, 2012).

Segundo Jezine (2006), o conceito, portanto das universidades populares, era abri

universidade para o povo, em todos os sentidos, do ensino a pesquisa, possibilitando assim o surgimento de um novo pensamento crítico, revolucionário e ilimitado ao povo. Mas não somente esse modelo de extensão fundamentou-se na Latino América, como será possível observar no próximo tópico deste trabalho, com o exemplo brasileiro, apresentado a seguir.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Segundo Cabral (2012), a história das universidades brasileiras está diretamente ligada com a história da extensão universitária no país, desde a década de 1930. Sendo assim, a extensão universitária pode ser compreendida por meio da evolução das universidades e da educação brasileira. Barbosa (2012), no entanto, afirma que os primeiros indícios de extensão no Brasil são datados de 1912, com a criação da Universidade Livre de São Paulo, mesmo que na forma de conferências e cursos, que não possuíam características dialógicas e com pequena participação popular.

As concepções de extensão no Brasil, em suas primeiras décadas, foram inspiradas por modelos importados de universidades européias e americanas, desde sua fundação, estruturação e funcionamento. O modelo de extensão técnico norte-americano foi o que manteve o maior grau de influência no desenvolvimento da extensão no Brasil, uma vez que, além de garantir a assistência técnica a grupos de agricultores rurais, fundamentou-se na ideia de que a universidade deve compartilhar seus conhecimentos técnicos e científicos com a população teoricamente desprovida de conhecimentos considerados formais e recursos.

Nessa época, o país passava por um contexto sociopolítico instável e incerto, propiciando, assim, a ascensão de projetos voltados para a abertura da relação entre sociedade e universidades (CABRAL, 2012). De acordo com Jezine (2006), esse contexto propiciou que a extensão passasse a servir como instrumento para atender demandas e auxiliar nas discrepâncias sociais, surgindo, assim, a concepção de extensão assistencialista. A concepção assistencialista de extensão ganhou força no Brasil, principalmente durante o período militar, quando as idéias revolucionárias de algumas parcelas da sociedade impulsionaram a valorização da cultura e do saber popular, além da conscientização e politização do povo, independente de classe social.

Barbosa (2012), por sua vez diz que a extensão universitária brasileira, em sua estrutura, além das influências norte americanas e europeias, também incorporou o Manifesto

de Córdoba, que aconteceu em 1918, na Argentina, por iniciativa estudantil. Com o Manifesto de Córdoba, os estudantes buscavam pela primeira vez, estabelecer uma relação entre a universidade e a sociedade. Para tal, a extensão a partir deste momento passa a ser vista não somente como um meio de divulgação cultural, mas também como meio de integração social entre a universidade e a população (MELO NETO, 2002).

Para Paula (2013), o Manifesto de Córdoba, é de extrema importância nesta discussão, já que foi um movimento dos mais emblemáticos na busca pela transformação da universidade comprometida com a transformação social, futuramente transformados e em um dos pilares decisivos da universidade contemporânea na América Latina. A união entre os modelos norte-americano, europeu e latinos americanos acrescentados da realidade brasileira, sua política, sua cultura, e assim nascendo um modelo de extensão próprio (BARBOSA, 2012).

No entanto, somente em 1931, com o surgimento da legislação nacional sobre universidades no Brasil, através do “Estatuto das Universidades Brasileiras”, Decreto nº 19.851, de 11 de abril, que o termo extensão universitária foi utilizado pela primeira vez oficialmente no país (CABRAL, 2012). E somente com a Lei nº 5.540/68, a extensão torna-se obrigatória em todas as universidades do país. Pode-se observar, portanto, no contexto da Lei nº 5.540/68 que a concepção de extensão expressada nesse momento é a de origem Inglesa e com a evolução da extensão no país ocorreu posteriormente a incorporação das ideias de Paulo Freire.

De acordo com Gurgel (1986) a extensão é o elo de ligação entre ensino, e a pesquisa realizada dentro das universidades, com a sociedade externa, articulando os saberes desenvolvidos nos campos científicos, tecnológicos e culturais. Gurgel ainda afirma que, quando o equilíbrio entre ensino, pesquisa e extensão é alcançado, propicia a formação de profissionais com pensamentos e conhecimentos mais amplos, além de divulgar a universidade externamente do meio acadêmico. Entretanto encontrar o equilíbrio entre ensino, pesquisa e extensão não é tão simples assim, de acordo com Cabral (2012), as universidades e a sociedade possuíam nesse momento três grandes conflitos a respeito de suas atividades, são eles: produção de cultura e conhecimentos especializados úteis ao mercado de trabalho; a hierarquização dos saberes e os critérios de seleção dos estudantes; e a autonomia das instituições.

Para Arroyo e Rocha (2010), a universidade propõe o aprofundamento do

conhecimento que os ensinos fundamentais e médios não alcançam. Para tal, o conhecimento pode ser organizado em duas subdivisões: a “intramuros” onde atividades e projetos desenvolvidos no âmbito da universidade e o “extramuros”, onde as atividades são desenvolvidas em ambientes não acadêmicos, formando assim a extensão universitária.

Gurgel (1986), por sua vez, trata a extensão como comunicação, onde a extensão teria uma concepção transitória, que no momento em que a universidade estivesse estendida deixaria de existir, e assim expondo uma nova concepção de ensino superior. Gurgel (1986) ainda exalta que a extensão, na maioria das vezes, vem a ser interpretada como uma prestação de serviço que auxilia programas sociais, ou, ainda, como uma vitrine para que os estudantes lidem com realidades diferentes das que está habituado, e, assim, confirmando a pouca importância da extensão dentro do círculo acadêmico.

A extensão vista como comunicação, é o conhecimento construído multilateralmente, onde o indivíduo membro da universidade possui um conhecimento ou linha de pensamento e o compartilha transporta para um indivíduo ou grupo de indivíduos com conhecimentos ou linhas de pensamentos distintos do seu. Portanto, esses indivíduos ao entrarem em contato uns com os outros, se comunicam, pois trocam experiência e informações, e assim constroem coletivamente uma nova fonte de conhecimento que não pode ser interrompida. A educação ao ser vista como uma forma de comunicação, ao promover o encontro entre indivíduos interlocutores que procuram o significado daquilo que lhes foi transmitido. Para que a comunicação exista é necessário que o sujeito passivo e o sujeito ativo se comuniquem sobre um conteúdo de interesse comum, pois a comunicação é concebida através do diálogo, em que os sujeitos expressam as suas buscas pela harmonia de ideias, e somente essa harmonia que promoverá uma comunicação eficiente (FREIRE, 1985).

Gurgel (1986) inspira-se nas idéias propostas por Freire (1985) e propõe que a extensão se adéque, cada vez mais, à proposta da comunicação, e todos os elementos da universidade como ensino e pesquisa também devem rever seus conceitos e aceitar suas condições de aprendizes frente a novos saberes, ao passo que se desenvolvem conjuntamente. Porém, para que isso aconteça, é necessário que a extensão seja desvinculada do caráter de caridade e de ser vista como uma obrigação, e passe a desenvolver-se em conjunto com o ensino e a pesquisa, somente assim a extensão terá maior chance de aproveitamento em sua implementação (SAVIANI, 1981 *apud* GURGEL, 1986).

Autores como Teixeira, Teixeira e Vilaça (2003), por sua vez, expressam a extensão

universitária não apenas como um serviço, nem como uma simples ação de complementação de currículo, mas como uma atividade inovadora e abrangente. A extensão também não deve fazer parte da estrutura funcional da universidade, e sim um instrumento de consolidação desta. Logo, essa concepção se caracteriza como ferramenta de ligação entre a sociedade e a universidade, de maneira que o ensino consiga um alcance superior ao modelo tradicional com os alunos somente em sala de aula. Assim, para aproximar o Estado, as universidades e a sociedade, o governo brasileiro estabeleceu Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, para regulamentar o ensino superior no país e conseqüentemente a extensão.

Esta Lei que passou a regulamentar que o papel da universidade é desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão, conjuntamente e com o objetivo de aproximar a universidade e as atividades ali realizadas com a comunidade em que está inserida através de ações que inspirem o desenvolvimento da ciência e a tecnologia, e ao mesmo tempo em que se busca a construção ou reconstrução da sociedade. Simultaneamente, determina-se que a extensão deve ser vinculada à prática de ensino e a pesquisa desenvolvida pela universidade (TEIXEIRA, TEIXEIRA e VILAÇA. 2003). Os mesmos autores afirmam ainda que, a extensão é uma ação extensionista e não um serviço da universidade, e não deve ser vista como um elemento a mais nos currículos acadêmicos.

Paralelamente a LDB, no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Esporte, foi elaborado o Plano Nacional de Extensão Universitária, que reflete o comprometimento das universidades na transformação da sociedade brasileira nos campos da educação, solidariedade, justiça e democracia (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SESU / MEC, 2001).

Segundo Duch (2006), o Plano Nacional de Extensão Universitária e a LDB, tem por similaridade a definição de que a extensão, é a construção de um processo educacional, científico e cultural que se relaciona diretamente com o ensino e a pesquisa e proporciona uma possível transformação da sociedade, por meio da universidade. A extensão atua, portanto, como ponte entre a universidade e os demais setores da sociedade, funcionando na prática como um instrumento de troca de conhecimentos e valores entre universidade e o meio e onde a universidade também aprende e aprimora a relação entre ensino, pesquisa e extensão (FACULDADES FUNDAÇÃO MOCOCA, 2009).

De acordo com Duch (2006), os princípios e diretrizes pregadas pelo Plano Nacional

de Extensão e LDB, levam as ações extensionistas da atualidade, para os caminhos da interdisciplinaridade, o que favorece o estabelecimento de uma visão integrada do social, por parte da universidade. Ainda segundo Duch (2006), na prática acadêmica, essa cultura interdisciplinar, acaba por promover uma maior produção de conhecimento articulado entre ensino, pesquisa e extensão, além de estabelecer uma nova cultura acadêmica interdisciplinar, que respeita a visão integrada do social em suas atividades.

Mas afinal o que é essa interdisciplinaridade? E como ela pode ser vista na extensão? A interdisciplinaridade pode ser representada como uma interação entre as disciplinas ou ramos do conhecimento, de modo que exista diálogo e cooperação entre as partes. Para que a interdisciplinaridade funcione de maneira satisfatória é necessário um ponto de integração, que pode ser uma temática de conhecimento, ou um objeto de investigação e assim por diante (FAZENDA, 2002). Esse conceito de diálogo já foi visto anteriormente neste texto, ao se discutir a extensão como comunicação, Freire (1985), já diz que a extensão é a construção de conhecimento multilateral, onde indivíduos e universidade compartilham idéias e se comunicam trocando experiências e provocam o surgimento de novos conhecimentos e experiências.

Para Michelotto (1999), a extensão na prática dentro das universidades, ocupa o eixo considerado o menos importante do tripé, ensino, pesquisa e extensão, pois considera-se à pesquisa a detentora da reflexão sobre os problemas, e à extensão cabe o papel na ação na busca pela resolução dos problemas, e segundo a autora citada a LDB, possui um caráter ativista e secundarizado. Jezine (2004), por sua vez, se opõe a está ideia de que a extensão é a estrutura de menor relevância na estrutura Universitária, uma vez que a extensão passa a constituir parte integrante da concepção pedagógica proposta pelos processos de formação acadêmica e na produção de conhecimento, ao envolver docentes, discentes, e comunidade externa, de forma dialógica, ela promove não somente transformações na sociedade externa, mas também na estrutura dos cursos e na formação acadêmica, ao possibilitar a formação crítica por parte da comunidade acadêmica.

Assim, apresentadas e discutidas as principais concepções de extensão universitária presentes no mundo e no contexto brasileiro, passa-se fomentar a metodologia empregada nesse estudo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, com caráter predominante descritivo, como intuito de averiguar quais as concepções de extensão são desenvolvidas pelos diferentes integrantes do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA e a partir da identificação das diferentes visões sobre a extensão nesse âmbito, apontar o que os discentes e docentes entendem por extensão universitária existentes no Brasil e com as práticas adotadas institucionalmente pela Universidade Federal de Alfenas – MG.

Segundo Marthins e Theóphilo (2009), a pesquisa qualitativa utiliza o ambiente natural para compor uma base de dados e o pesquisador como membro participante do processo, uma vez que é necessário que o pesquisador tenha contato direto e profundo com o objeto de estudo. Para Godoi, Mello e Silva (2010), a pesquisa qualitativa tem como foco os processos e significados, onde os dados são configurados através das expressões humanas. O objetivo da pesquisa qualitativa é captar e interpretar os significados e intenções dos indivíduos que se relacionam com ela. Sendo assim a pesquisa aqui realizada teve como objetivo averiguar quais as concepções de extensão são desenvolvidas pelos diferentes integrantes do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA e a partir da identificação das diferentes visões sobre a extensão nesse âmbito, apontar o que a comunidade acadêmica, entendem por extensão universitária no Brasil e no contexto da UNIFAL- MG, campus Varginha.

Segundo Gil (2010), este tipo de pesquisa tem como foco a descrição das características de determinado nicho a ser estudado. A pesquisa descritiva busca estudar características específicas de um determinado grupo, assim como por idade, por sexo, ou por qualquer outro critério de diferenciação. Para a pesquisa aqui apresentada, usou-se como um dos instrumentos de coleta de dados a pesquisa documental, através de websites institucionais. De acordo com Marconi e Lakatos (2009), a principal característica da pesquisa documental, é que sua fonte de dados é restrita a documentos, sendo estes escritos ou não. Gil (2010), por sua vez afirma que a pesquisa documental é aquela que tem como fonte de dados, dados sem tratamento analítico anterior, ou que podem ser reestruturados conforme os objetivos da pesquisa necessite.

A pesquisa aqui apresentada utilizou-se de um roteiro de entrevista estruturada, aplicado a docentes e discentes. De acordo com Marthins e Theóphilo (2009), entrevista é

uma técnica de coleta de dados ou informações utilizadas para analisar e compreender o que os entrevistados entendem sobre determinada situação ou evento, com base nos seus conhecimentos prévios ou experiências. Segundo os autores, a entrevista estruturada é aquela na qual o pesquisador com um roteiro pré-definido orienta-se na condução das entrevistas, com todos os entrevistados.

Para as entrevistas foram escolhidos cinquenta discentes e dezenove docentes, e através de amostragem por conveniência, para melhor aproximação da amostra com a realidade, foram entrevistados alunos escolhidos aleatoriamente de todas as turmas nos quatro cursos existentes no campus. Para Gil (2010) e Marthins e Theóphilo (2009), esse é o tipo menos rigoroso entre as técnicas de amostragem e, por isso, não apresenta nenhum rigor estatístico na sua composição, uma vez que o pesquisador seleciona aleatoriamente indivíduos a que tem acesso, e pressupõe que possam representar o universo estudado. É usualmente associado a pesquisas qualitativas, por não ser fator determinante o nível excessivo de precisão. Inicialmente, um indivíduo foi escolhido aleatoriamente e o questionário aplicado, como teste para assim ser possível realizar as modificações necessárias no conteúdo do roteiro.

O estudo utilizou ainda análise de conteúdo para coletar dados complementares à pesquisa. A análise de conteúdo é a união de um conjunto de diversas técnicas de análise de comunicação, assim, o método de análise de conteúdo segundo Campos (2004), é cercado por dois principais critérios, a linguística tradicional e a interpretação literal das palavras. Ao escolher a linguística tradicional, a análise de conteúdo abordará metodológicos e estéticos, voltados para aspectos formais, evoluindo para a análise de discurso.

Já no método voltado para interpretação, são subdivididos em psicológico-semântico, onde as conotações são fundamentais para a formação do campo semântico; em métodos semânticos estruturais fundamentados no universo psico-semântico; e, o lógico semântico, que evidencia a lógica, uma vez que a análise de conteúdo é um classificador de informações (CAMPOS, 2004).

Entretanto, para Bardin (2011), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas e instrumentos metodológicos em constante mudança, que se aplicam a conteúdos e continentes diversificados. A ligação entre as técnicas utilizadas para compor a análise de conteúdo é a hermenêutica controlada, baseada na inferência. Bardin (2011), ainda afirma que a análise de conteúdo se divide em dois pólos distintos, a objetividade e a subjetividade.

Para Gil (2010), a análise de conteúdo é uma técnica de investigação, que utiliza o

conjunto de descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo para formular a interpretação dos dados encontrados, através de três principais etapas: a pré-análise, com os primeiros contatos com o tema a ser estudado; a exploração dos materiais, fase onde os sistematizasse as decisões da pré-análise; e, tratamento dos dados e interpretação. Por fim, os dados são transformados em elementos significativos para a pesquisa.

A seguir, são apresentados os resultados obtidos por meio desta pesquisa.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Universidade Federal de Alfenas – MG

A Universidade Federal de Alfenas – MG, foi fundada em 03 de abril de 1914, por João Leão de Faria, como Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas – Efoa. Em 11 de setembro de 1915, o Governo do Estado de Minas Gerais, através da Lei Estadual nº 657, passou a reconhecer a Efoa, como instituição e ensino (UNIFAL – MG, 2017). Somente em abril de 1931, a Efoa passa a ser reconhecida nacionalmente, através de ato do Ministério da Educação e Saúde Pública no Art. 26 do Decreto 19.851. Em março do ano seguinte, a Efoa com um novo regulamento, consegue enquadrar-se nas disposições das leis federais pertinentes. Em 18 de dezembro de 1960, a Lei de nº 3.854, aprovou a sua federalização (CORRÊA, AVELINO, 2014).

Em julho de 1972, a Efoa passa por uma nova mudança através do Decreto nº 70.686 e passa a ser uma Autarquia de Regime Especial. Transformação está que propicia a implantação do curso de Enfermagem e Obstetrícia. Somente em 1999, novos cursos são incorporados a grade da Efoa, sendo eles Nutrição, Ciências Biológicas e a modalidade Fármacos e Medicamentos para o curso de Farmácia. A ampliação nos cursos demandou mudanças na estrutura e na visão da instituição, assim nesse momento a Efoa, torna-se o Centro Universitário Federal (Efoa/Ceufe) (UNIFAL – MG, 2017). Em 2003 a Efoa/Ceufe, dá se início ao curso de Química – Bacharelado em sua grade. Já em 2004, a Efoa/Ceufe demonstrou preocupação não somente com a expansão dos cursos presenciais, como também com os cursos à distância, criando assim o Centro de Educação Aberta e a Distância – CEAD (UNIFAL, 2017).

Na sequência em julho de 2005, a Efoa/Ceufe, sofre uma nova mudança significativa, ao ser transformada pela Lei 11.154/2005 em Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL –

MG. E para atender essa nova mobilidade e as existentes políticas nacionais para a expansão do ensino superior, há UNIFAL nos anos seguintes passou a oferecer os seguintes cursos: Matemática – Licenciatura, Física – Licenciatura, Ciência da Computação, Pedagogia, criação e expansão dos cursos de química, Geografia, Biotecnologia, incorporação das ênfases em Ciências Médicas e Ciências Ambientais no Curso de Ciências Biológicas e posteriormente a transformação do curso em Ciências Médicas em Biomedicina, além do aumento no número de vagas oferecidos para os cursos já existentes na modalidade a distância (CORRÊA, AVELINO, 2014).

No ano de 2009, a UNIFAL continua e expansão dos cursos em sua grade com a adição de História – Licenciatura, Letras, habilitação em português ou espanhol, Ciências Sociais, Fisioterapia, Química e Ciências Biológicas à distância, além de iniciar a expansão fora de sede com a criação dos campus nas cidades de Varginha, inicialmente com o curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia, e na sequência Administração Pública, Ciências Atuariais e Economia com ênfase em Controladoria. E Poços de Caldas, inicialmente com o curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, e em seguida os cursos de Engenharia Ambiental, Engenharia de Minas, e Engenharia Química e uma nova unidade em Alfenas, assim mudando de vez a estruturada instituição (UNIFAL, 2017).

Campus Avançado De Varginha – MG

O Campus avançado de Varginha é recente e teve suas atividades iniciadas em março de 2009, com a criação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UNIFAL– MG, autorizado pela resolução n. 36/2008, do Conselho Superior da instituição. As atividades acadêmicas nesse campus foram iniciadas com a implantação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia, curso este constituído em um novo modelo pedagógico de ensino, onde são ofertados aos discentes do curso um núcleo comum de disciplinas, que posteriormente podem ser complementadas pelos cursos de Administração Pública, Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria e ciências Atuariais oferecidos pela mesma instituição (EUGÊNIO, 2015, P. 155).

O Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia (BICE) propicia que os discentes vivam a universidade de forma única e abrangente, uma vez que lhes apresenta de forma obrigatória atividades curriculares de forma única pautando-se no tripé que constitui a universidade no Brasil, que é o ensino, a pesquisa e a extensão, através do Programa

Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPEX), que exige que os discentes apresentem uma carga de mínima 150 pontos em ensino, 150 pontos em pesquisa, 150 pontos e extensão e 50 pontos pelo trabalho de conclusão de PIEPEX, totalizando 500 pontos em atividades do PIEPEX como requisito para conclusão do curso (CORRÊA, AVELINO, 2014; UNIFAL, 2017).

Para Franco e Milani (2013), o PIEPEX é uma proposta inovadora por parte da UNIFAL – MG, que vai ao encontro do novo modelo acadêmico proposto pelo BICE, pois o PIEPEX, foi desenvolvido com o objetivo de unificar e desenvolver de forma mais ampla e menos complexa as ações de ensino, pesquisa e extensão. O BICE e o PIEPEX foram e estão sendo construídos conjuntamente, visto que são duas novas experiências nunca antes implementadas no Brasil e na recente UNIFAL, como Universidade. Além dos bacharelados, o campus de Varginha ainda abriga os cursos de pós graduação *lato sensu*, em Controladoria e Finanças, e Gestão Pública, além do curso a distância em Gestão Pública Municipal. Em 2012, inicia-se também a oferta do Programa de pós-graduação em nível de mestrado, com o curso de Gestão Pública e Sociedade. Em 2014 inicia-se o Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP (EUGÊNIO, 2015, p. 156) e, em 2017, inicia-se o Programa de Pós-Graduação em Economia (UNIFAL, 2017).

Os principais obstáculos vivenciados pelo campus avançado de Varginha nesse seu início, foram justamente o primeiro contato, como uma nova estrutura fora de sede da UNIFAL, ao mesmo tempo em que constrói uma nova estrutura de curso, e um programa totalmente novo como o PIEPEX, na qual novas metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem, tiveram que ser criadas na medida em que as novas experiências aconteciam. O campus avançado de Varginha e seus novos experimentos tiveram como objetivo fundamental formar não somente profissionais para o mercado, mas cidadãos com responsabilidade social (FRANCO; MILANI, 2013).

Segundo Gonçalves e Gaydecza (2013), a proposta da interdisciplinaridade no campus de Varginha, foi pautada, inicialmente, em suposições e ideias amplamente discutidas entre o jovem corpo docente, que descobria na temática a medida que o curso e o campus eram construídos.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIFAL – MG

De acordo com Rezende e Neto (2015), as ações de extensão na UNIFAL-MG, foram

transformados conjuntamente com a evolução da instituição, desde de sua origem como Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas até a sua transformação em Universidade Federal. Inicialmente a extensão na UNIFAL-MG, atuava somente nos campos da saúde e educação, em ações de integração entre a sociedade e universidade, através de procedimentos odontológicos, exames laboratoriais e orientações voltadas para comportamentos e hábitos pessoais.

Somente na década de 1990 a Efoa cria a Coordenadoria de Extensão e começa a diversificar suas atividades. Em 2003, a Pró-Reitoria de Extensão (Proex), passa a registrar e organizar de maneira mais sistemática as ações de extensão na UNIFAL – MG, como antes nunca se havia feito na instituição. Constatou-se que a maior parte das ações de extensão da universidade em 2015 eram oriundas das áreas de saúde, educação, meio ambiente e cultura, o que evidência a necessidade de ampliar a extensão na UNIFAL – MG, para outras temáticas (REZENDE; NETO, 2015, p.191).

Rezende e Neto (2015), afirmam ainda que as ações desenvolvidas pela instituição não possuam como objetivo somente atender a população e sim comunicar-se e produzir novos conhecimentos de forma dialógica e ampla. Ao mesmo tempo o portal institucional da universidade diz que a extensão universitária realizada pela UNIFAL – MG, ocupa ali a posição de prestadora de serviços na comunidade local e regional (UNIFAL - MG, 2017).

Portanto, institucionalmente, a extensão é vista como um instrumento que suprir a falta de políticas públicas para atender demandas e diminuir discrepâncias sociais, assim como na concepção de extensão assistencialista já debatida neste texto anteriormente. Provavelmente sendo resquício da época em que essa prática ganhou força no Brasil, durante o período militar.

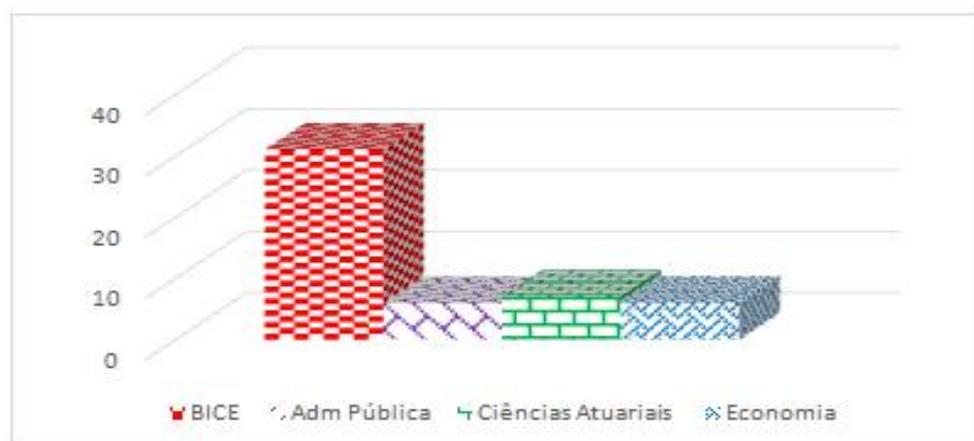
A pró-reitoria de extensão, por sua vez, em sua página no portal da instituição diz que, com o ingresso da Coordenadoria de Extensão no Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras no ano de 1997, novos paradigmas foram apresentados e absorvidos a respeito da extensão. Desse momento em diante, passou-se a diversificar e organizar as ações de extensão segundo marcos conceituais, diretrizes e metodologias novas apresentadas tanto pelo Fórum, quanto pelo Plano Nacional de Extensão, onde a extensão deixa de ser vista como assistencialista e passa a ser parte integrante das atividades de pesquisa e ensino, e ao mesmo tempo, da comunidade (UNIFAL-MG, 2017).

Perfil dos entrevistados

Discentes

Foram entrevistados cinquenta alunos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Alfenas, Campus Avançado de Varginha, dos períodos iniciais do bacharelado até os períodos finais dos cursos específicos em: Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria, Ciências Atuariais e Administração Pública. A seguir na Figura 1 é possível observar que foram entrevistados trinta e um alunos do Bacharelado Interdisciplinar, seis alunos da Administração Pública, sete alunos das ciências atuariais e seis alunos da economia.

Figura 1 - Alunos por curso



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Na Figura 2 é possível observar que, entre esses os alunos entrevistados, vinte e nove afirmaram que já praticam ou já praticaram ações de extensão universitária durante algum momento da graduação e vinte e um alunos não possuem experiência direta com a extensão.

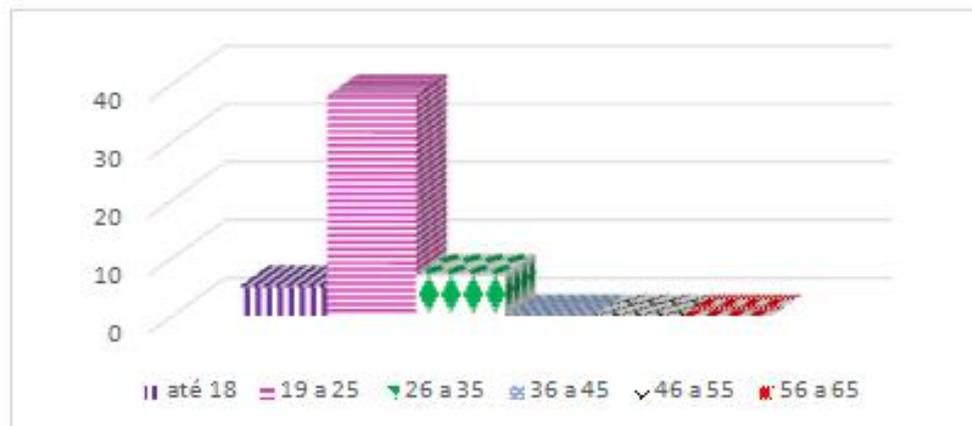
Figura 2 - Pratica extensão universitária?



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Na Figura 3 verifica-se que a idade dos entrevistados variou com cinco discentes na faixa de até dezoito anos, trinta e oito alunos, com idades entre dezenove e vinte e cinco anos, sete discentes na faixa entre vinte e seis a trinta e cinco anos, sete discentes na faixa entre trinta e seis a quarenta e cinco anos, sete discentes na faixa entre quarenta e seis a cinquenta e cinco anos, sete discentes na faixa entre cinquenta e seis a sessenta e cinco anos.

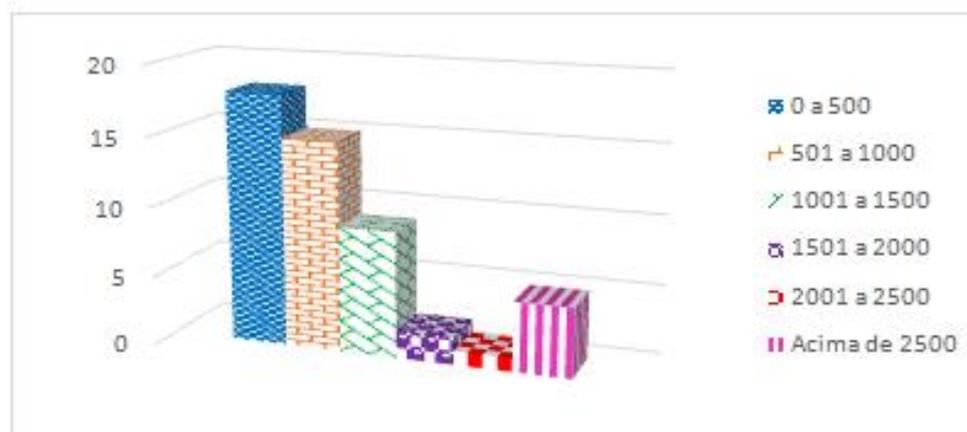
Figura 3 - Idade dos alunos entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A renda dos alunos entrevistados pode ser observada na figura 4.

Figura 4 - Renda dos alunos entrevistados



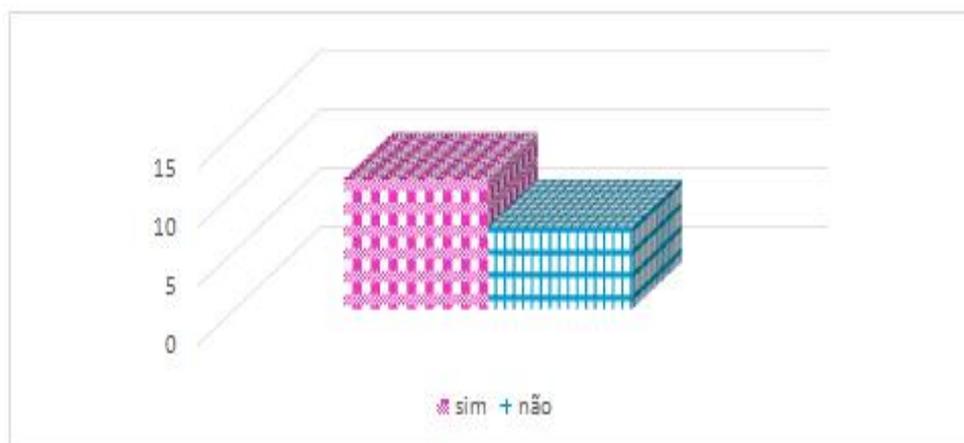
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Docentes

Foram entrevistados dezoito docentes dos quatro cursos de graduação da Universidade Federal de Alfenas, Campus Varginha, e uma docente do campus sede, da UNIFAL, totalizando dezenove docentes entrevistados. De acordo com a Figura 5, a seguir é possível

perceber que dos dezenove docentes, doze disseram praticar, ou já praticaram extensão e sete disseram nunca ter participado diretamente com a extensão, mesmo com o incentivo a extensão propiciada pelo PIEPEX no campus de Varginha – MG.

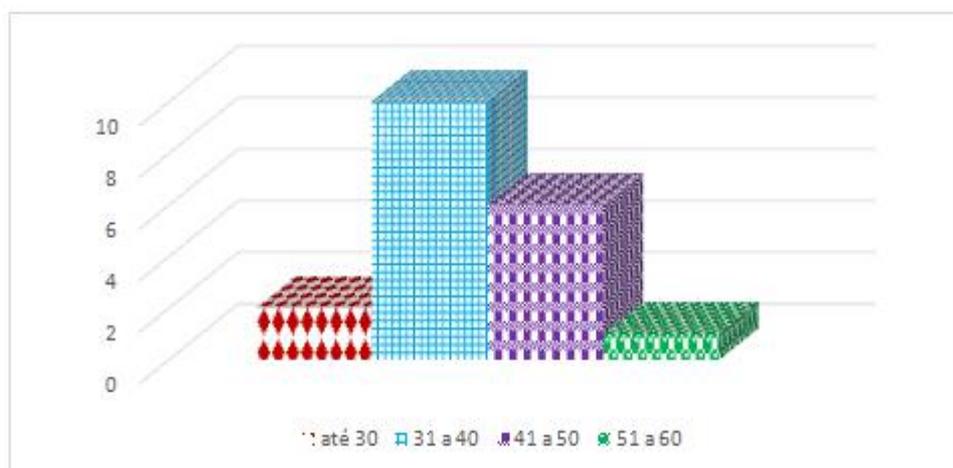
Figura 5 - Prática extensão?



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Na figura 6, é possível identificar que a idade dos dezenove entrevistados oscilou entre de até 30 anos até 60 anos.

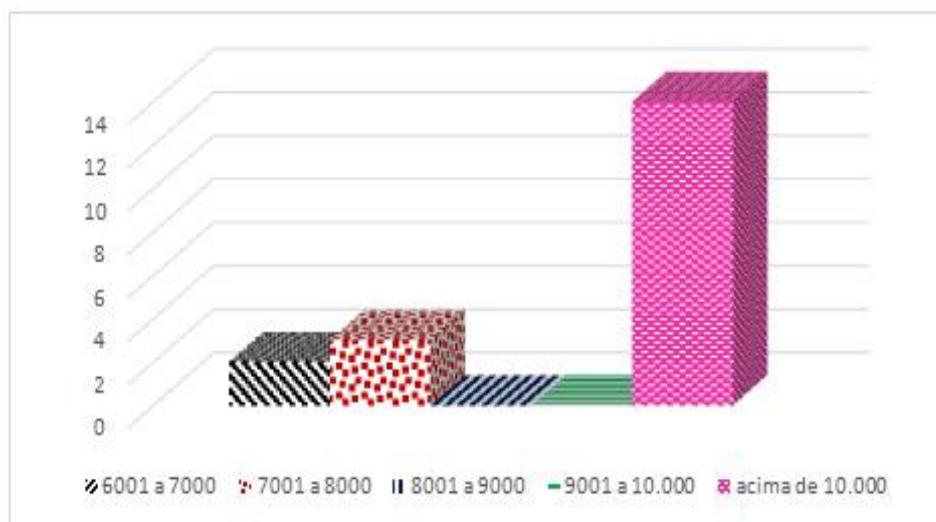
Figura 6 - Idade dos docentes entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A renda dos docentes abordados pela pesquisa pode ser observada na figura 7.

Figura 7 - Renda dos docentes entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

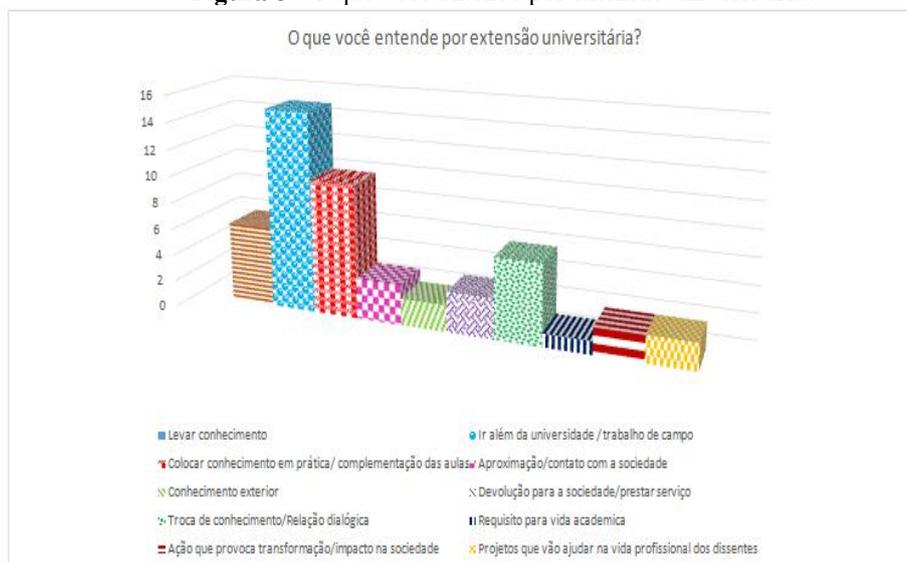
Percepções Sobre Extensão Universitária

Discentes

Após observar-se perfis tão distintos, passa-se a analisar suas respostas durante as entrevistas. Entre os alunos entrevistados, pode se observar uma polarização do seu entendimento sobre extensão, entre os envolvidos ou não com a extensão, independentemente do curso, ou período que o indivíduo se encontra.

A seguir é possível observa na Figura 8, que ao serem indagados com a questão “O que você entende por extensão universitária?”.

Figura 8 - O que você entende por extensão universitária?



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O trecho transcrito a seguir exemplifica a visão de um aluno do quinto período do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia, que acredita que a universidade é detentora do conhecimento e os discentes agem como o elo entre a universidade e a comunidade. Uma vez que o discente tem acesso ao conhecimento antes “restrito” a universidade, e em seguida compartilha com a sociedade.

Aluno 1: Extensão eu entendo que é você levar o que você aprende na universidade para a sociedade, aplicar esses conceito se contribuir para a formação e capacitação da sociedade de modo geral.

A fala acima retoma a ideia de extensão como educação continuada, já abordada anteriormente neste texto, onde a extensão era, em seus primórdios, voltada para a população adulta sem representatividade nos centros acadêmicos. Nessa corrente, a universidade passa a ter um papel exclusivo de formadora de profissionais, através de pequenos cursos e atividades diversas, porém, deixando de lado o sentido cultural e crítico nessa construção profissional (NOGUEIRA, 2001; ALMEIDA, 1991).

Dez entrevistados disseram que extensão seria colocar em prática o conhecimento adquirido na universidade e/ou uma complementação das aulas. Desses oito já tiveram algum contato com a extensão e dois afirmaram não ter envolvimento. O trecho transcrito a seguir evidencia a ideia apresentada por um desses alunos, aluno este do quarto período do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia e que pode representar as respostas obtidas por este grupo de alunos:

Aluno 2: Eu acho que extensão é mais uma complementação, além do ensino e da pesquisa, por exemplo no ensino você pode trabalhar na monitoria, e trazer outras habilidades e conhecimentos para dentro da sua carreira, e a extensão é mais uma complementação de te dar oportunidades de conhecer outras coisas através das palestras e projetos.

O trecho transcrito evidencia que, para esse aluno, o conceito do tripé que forma a universidade não está claro, uma vez que eles não enxergam a extensão no mesmo patamar que o ensino e a pesquisa. Como já foi explanado neste trabalho, a extensão é, dentro das universidades, o elo entre a pesquisa, o ensino, e a comunidade externa. Sendo assim, é responsável em promover a divulgação da universidade nos meios não acadêmicos ao mesmo tempo em que propicia a formação de profissionais com percepções e conhecimento mais amplos (GURGEL, 1986).

Desta forma, a visão apresentada pelos entrevistados reforça a ideia de que a extensão

é menos importante no processo de formação acadêmica, do que o ensino e a pesquisa.

Para outros três alunos, a extensão é uma forma de aproximação/contato da universidade com a comunidade, desses, apenas um afirmou ter tido contato em algum momento com a extensão, os outros dois disseram não se relacionar com a extensão. O trecho a seguir retrata a visão de um discente do segundo período do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia e ele enxerga a extensão como elo de aproximação, ao mesmo tempo em que demonstra o distanciamento dos discentes com a extensão universitária:

Aluno 3: Pelo menos na palestra do período passado, o coordenador disse que é quando você faz alguma coisa que tem que ter contato com a sociedade.

Dentre os cinquenta alunos entrevistados apenas dois identificam na extensão, uma forma de adquirir conhecimento exterior, alunos estes, um com experiência com a extensão e um sem qualquer experiência. O trecho abaixo foi obtido de um aluno do terceiro período do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia.

Aluno 4: É uma oportunidade de conhecimento de mundo que não é possível dentro da faculdade.

O relato apresentado, expressa que a extensão é uma oportunidade de conhecimento de vivência e interação com a sociedade externa ao meio acadêmico, que as teorias apresentadas em salas de aulas, não conseguem reproduzir adequadamente. Três alunos entrevistados disseram acreditar que a extensão nada mais é que uma forma de prestação de serviços à comunidade e/ou uma forma de a universidade devolver o investimento que a sociedade propicia através de impostos. Apenas um desses discentes afirmou nunca ter feito extensão. O trecho a seguir apresenta o que um aluno do sétimo período de Ciências Atuariais relatou:

(Aluno 5): Eu acho extensão é aquilo que vai para além dos nossos conhecimentos acadêmicos e devolvendo aquilo que a universidade proporciona. Quando você faz extensão você está fazendo a sua obrigação como discente, que é devolver para a sociedade, o que a sociedade investe através de impostos e etc, além de exercer nosso papel como cidadão.

Essa fala expressa a percepção desses três discentes do viés assistencialista que a extensão ainda carrega consigo, e que perdura anos e anos no Brasil. Como dito anteriormente, a extensão em suas primeiras décadas no Brasil, esteve fortemente ligada a este viés, devido

ao contexto histórico e social em que o país passava. Portanto, nesse período, a extensão era utilizada como instrumento auxiliador nas discrepâncias sociais e para atender demandas da sociedade, concepção que ganhou popularidade no Brasil, principalmente durante o período militar e que até os dias atuais possui adeptos (JEZINE, 2006).

Para Gurgel (1986), para que a extensão ocorra de fato, é necessário desvincular essa visão de prestação de serviços e meio de fazer-se caridade, e passe a ser vista como elemento participante nas bases da universidade, no conjunto com o ensino e a pesquisa. Para seis alunos entrevistados a extensão é uma troca de conhecimento/relação dialógica, entre a universidade e a comunidade onde ela está inserida. Dos seis alunos, somente um disse nunca ter participado de nenhuma ação de extensão durante a graduação. Abaixo o relato de um aluno do sexto período do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia:

(Aluno 6): Entendo extensão como uma troca entre a comunidade acadêmica e a externa, na qual se leva conhecimentos e ferramentas adquiridos na universidade com o intuito de também obter conhecimentos da comunidade trabalhada, ou seja, em uma relação dialógica.

O conceito de extensão universitária apresentado por este aluno aproxima-se do discurso de Freire (1985), que enxergava a extensão como comunicação. Comunicação está onde indivíduos provenientes da universidade, são detentores de um conhecimento formal, ou linha de pensamento e o transfere para outros indivíduos de fora da universidade. E esse indivíduo, por sua vez, também transfere algum conhecimento pré-adquiridos e juntos eles constroem um novo conhecimento de forma multilateral. Sendo assim, esses indivíduos, ao trocarem conhecimento entre si, se comunicam, pois compartilham experiências, informações, vivências e conhecimentos, e juntos constroem uma nova fonte de saberes inesgotável.

Como já dito anteriormente, Freire (1985), utiliza-se em seu discurso da afirmação de que a educação, por si só, já é uma forma de comunicação, pois promove o encontro de interlocutores que buscam armazenar e compreender a informação que lhes foi transmitida. Freire (1985) considerava ainda, que para que a comunicação exista de fato é necessária a existência de um sujeito ativo e um sujeito passivo, e que esses sujeitos se comuniquem sobre temáticas de interesse comum, pois a comunicação baseia-se na existência do diálogo.

Apenas um discente do primeiro período do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia disse que a extensão é somente um requisito para dar continuidade a vida acadêmica profissionalmente, como podemos observar na transcrição a seguir:

(Aluno 7): Acho que é uma coisa para quem quer carreira acadêmica, quem quer algo mais voltado para o mercado não tem opção, pelo menos os projetos que conheço não focam no mercado, nem os de extensão, nem de ensino e nem de pesquisa.

O discente em questão, disse que nunca manteve contato com a extensão e, pela sua fala não conhece os projetos e grupos existentes no campus. Dois dos entrevistados, acreditam que a extensão, só pode adquirir esse nome, se provocar alguma transformação ou impacto na sociedade, os dois alunos afirmaram ter envolvimento com a extensão desde o momento do ingresso na graduação. Abaixo pode se observar uma transcrição que representa a opinião de um de um aluno do oitavo período de Administração Pública:

(Aluno 8): Então, é meio complicado, que é muito além do que é dito, eu acho que se não for uma ação transformadora não chega a ser extensão, por que a gente tem que transformar o cidadão a comunidade, então assim, a gente faz a aula de forró, é uma coisa simples, é uma aula de forró, mas como no meu caso, eu não tinha quase coordenação nenhuma, eu tinha dificuldade com direita e esquerda, e hoje em dia, já é uma coisa muito mais natural, eu já estou tendo muito mais facilidades nessas coisas do que quando eu comecei entendeu, entre outras coisas, e eu vi essas mudanças em várias outras pessoas, tipo pessoas que eram tímidas e agora estão bem mais livres, então acho que se não transformar as pessoas não é extensão.

O conceito apresentado pelo entrevistado de que a extensão, só é extensão se promover transformação social relaciona-se com o que, Teixeira, Teixeira e Vilaça (2003), discutem acerca da extensão universitária, ao dizerem que a extensão não é um serviço oferecido pela universidade, ou uma ação complementar ao currículo acadêmico dos estudantes, mas uma ação inovadora e abrangente. Segundo os autores, a extensão caracteriza-se como ferramenta de ligação entre a sociedade e a universidade, de forma que a comunidade ali inserida se envolva em ações voltadas para o desenvolvimento da ciência e a tecnologia, ao mesmo tempo em que inspiram a transformação pessoal e a busca pela construção ou reconstrução da sociedade.

Para dois discentes, a extensão universitária é um ou mais projetos que futuramente irão auxiliar a vida profissional de seus participantes. Um dos entrevistados disse já ter participado de projetos de extensão e o outro disse que nunca esteve envolvido ou atraído por ações de extensão. O trecho transcrito abaixo relata a visão de um aluno do quarto período do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia:

(Aluno 9): Projetos que vão ajudar minha carreira profissional de alguma forma.

O trecho apresentado demonstra que um dos alunos entrevistados enxerga a extensão

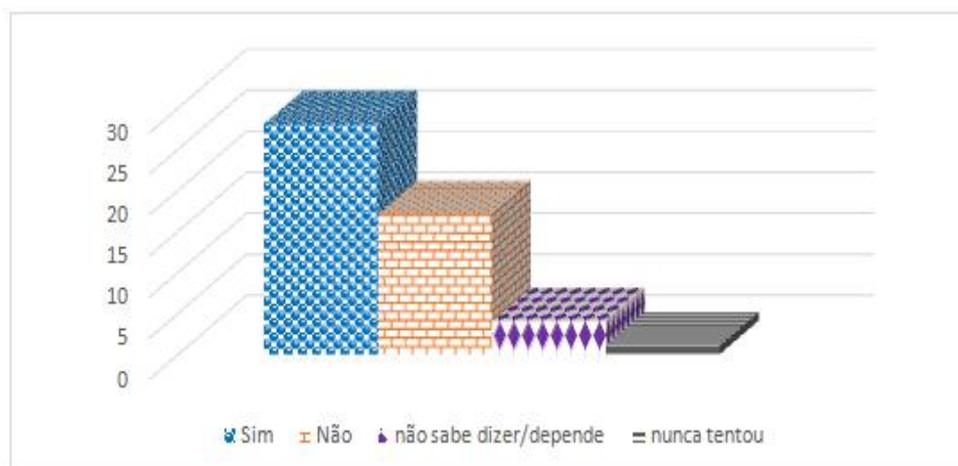
somente pela ótica individual e centralizada na futura carreira profissional, em relacionar com o público alvo da extensão que é o envolvimento da comunidade. De cinquenta discentes entrevistados, quinze relacionaram a extensão com o fato de ir além da universidade e/ ou um trabalho de campo, totalizando assim a maior proporção de alunos em uma categoria de respostas. Desse montante, onze disseram nunca ter participado de nenhuma ação de extensão. O trecho a seguir demonstrará a linha de pensamento de um aluno do oitavo período de Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria:

(Aluno 10): Teoricamente, eu entendo como o que não é ensino e pesquisa (risos), mas acho que é o que vai além do ensino e da pesquisa, o que vai para fora, seria mais o trabalho de campo, algo assim.

O pensamento destes alunos segue a linha de pensamento já visto anteriormente e apontadas, por Arroyo e Rocha (2010), de que a universidade é subdivida em “intramuros”, na qual as atividades e projetos são desenvolvidos internamente na universidade, e, o “extramuros”, na qual as atividades são desenvolvidas em ambientes fora da academia, caracterizando-se em extensão universitária, uma vez que propiciam o aprofundamento do conhecimento para a comunidade.

Por meio da figura 9, pode-se observar que ao serem questionados se conseguem trabalhar de maneira equilibrada com ações de ensino, pesquisa e extensão, os cinquenta entrevistados foram divididos em vinte e oito discentes disseram que sim, ser possível, dezessete afirmaram que não é possível, quatro disseram não saberem responder, ou que depende dos projetos em que se está inserido. Apenas um disse que nunca tentou.

Figura 9 - Você consegue trabalhar de maneira equilibrada, com ações de ensino, pesquisa e extensão?



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A seguir podem-se observar relatos que irão elucidar essas respostas:

(Aluno 11): Às vezes é difícil, mesmo a gente que trabalha e tem disposição para estar nos projetos, às vezes tem que dar uma segurada, falar pros professores “olha tenho matéria, se não, não vou dar conta”, mas no geral dá certo.

Os alunos que responderam sim, em sua maioria enfatizaram a dificuldade de equilibrar os projetos com as aulas e os projetos entre si, pois todos demandam dedicação e tempo para serem bem realizados.

(Aluno 12): Não.

(Entrevistador):

Por

que?

(Aluno 12): Acredito que, em um mesmo projeto já é difícil equilibrar as três dimensões. E ações isoladas não são diferentes. Para desenvolvê-las precisa-se de dedicação, e particularmente e como discente sinto dificuldade em relação a isso, uma vez que precisamos nos dedicar também as aulas.

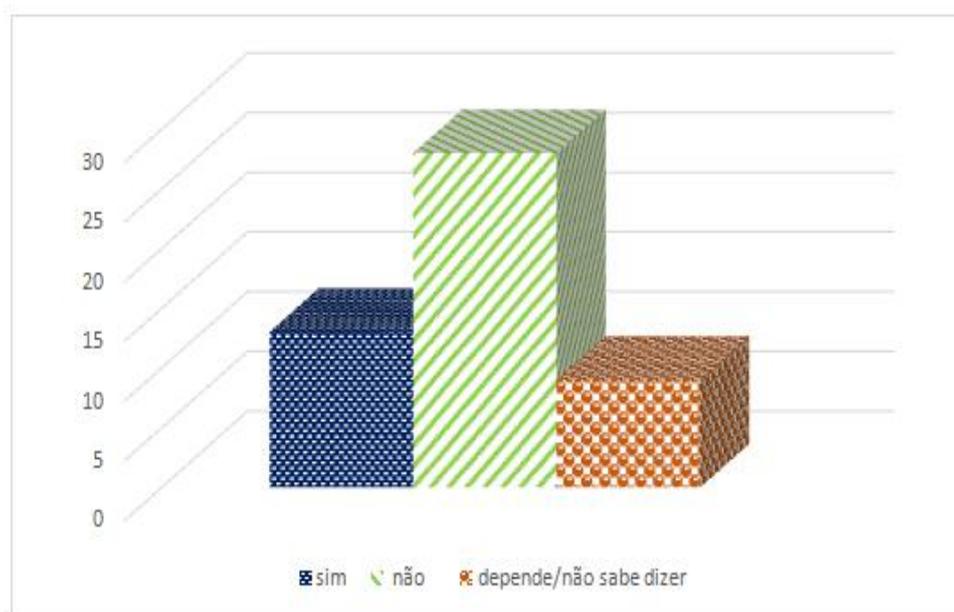
Os alunos que disseram não conseguir realizar de maneira equilibrada ações de ensino, pesquisa e extensão, também citaram a questão da dificuldade de conciliar os projetos com as aulas.

(Aluno 13): Depende dos projetos que a pessoa faz no mesmo período.

Para os alunos que não souberam responder, ou disseram depende, é possível conciliar ações de ensino, pesquisa e extensão, depende somente do tipo de projeto escolhido em cada área. Para o aluno que nunca tentou, o tempo disponível para realização de atividades fora da sala de aula é inexistente, então, ele tenta um projeto por vez.

(Aluno 14): Nunca tentei, por falta de tempo.

Os alunos ao serem questionados se extensão demanda mais tempo e trabalho, do que ensino e pesquisa, apontaram sim, não ou que nunca tentaram como pode ser observado anteriormente, na Figura 10.

Figura 10 - Extensão demanda mais tempo e trabalho, do que ensino e pesquisa?

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Como pode ser visto no trecho transcrito.

(Aluno 15): Se for projeto que realmente é voltado para a comunidade, acho que demanda mais tempo sim.

Nove dos entrevistados ou não souberam responder, ou disseram que depende do tipo de projeto, como pode ser observado abaixo.

(Aluno 16): Depende do projeto. Dos que eu já trabalhei, um demandava o mesmo que ensino e o outro demandava muito mais.

Entretanto, a maior parte dos entrevistados, vinte oito deles, disseram que extensão não requer maior quantidade de tempo e trabalho que ensino e pesquisa. Abaixo poderemos observar alguns exemplos desses relatos.

(Aluno 17): Não, acho que pesquisa demanda mais tempo.

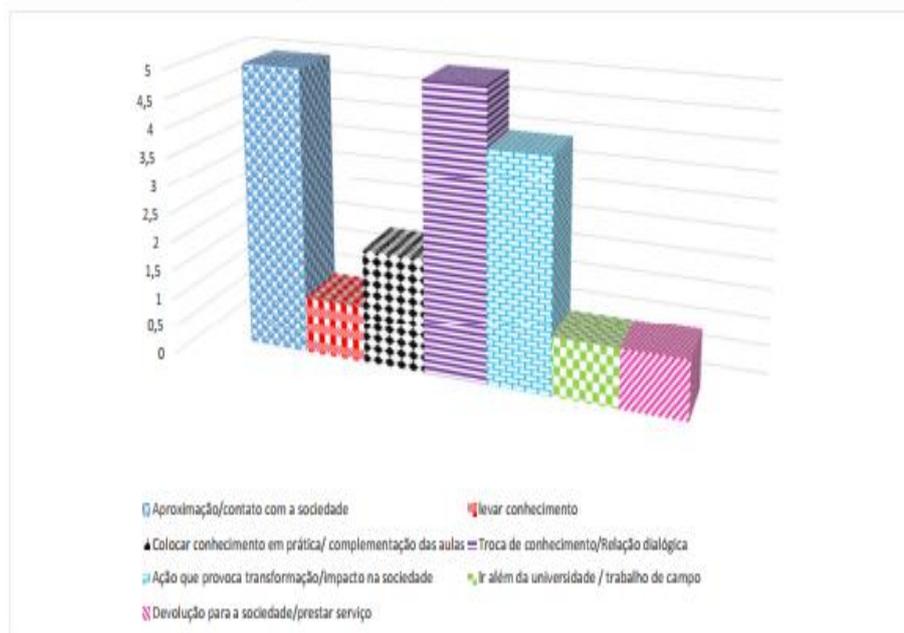
Neste tópico é possível observar as diferentes visões de extensão universitária, presente entre discentes dos quatro cursos da UNIFAL- MG, campus Varginha. No tópico a seguir poderá ser observado as diferentes visões de extensão, por parte dos docentes.

Docentes

Ao serem questionados com a seguinte pergunta: “O que você entende por extensão

universitária?”, pode-se observar na figura 11, que entre os docentes entrevistados, houve uma polarização das respostas, mas uma certa concentração maior em três respostas específicas.

Figura 11 - O que é extensão universitária?



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Entre as respostas obtidas durante as entrevistas, cinco docentes apontaram que extensão representa a aproximação/contato da sociedade com a universidade, abaixo poderemos observar um exemplo que sintetiza esse tipo de resposta:

(Professor 1): Pra mim é o que a universidade pode oferecer fora a pesquisa escrita, ela oferece principalmente a interação com a sociedade.

O trecho destacado demonstra a separação da pesquisa, tida como formal, da extensão, como se elas não fossem complementares na construção da universidade, como já foi dito anteriormente neste texto. Um projeto de extensão pode propiciar uma pesquisa, e de uma pesquisa, podem surgir projetos de extensão.

A aproximação da sociedade por parte da universidade, é o primeiro passo para que exista uma interação entre as partes, e a partir daí o surgimento de um elo de comunicação, o que abrirá portas para o surgimento de projetos e um diálogo entre elas.

Entre os dezenove docentes entrevistados, somente um apontou que entende a extensão como um meio de a universidade, levar conhecimento. Observamos a seguir o trecho citado:

(Professor 2): Nossa, que pergunta mais difícil. Você levar algum conhecimento da universidade, para a sociedade.

O trecho acima, expressa a ideia da universidade detentora do conhecimento, e seus alunos o instrumento utilizado para transportar esse conhecimento para a sociedade que não tem acesso a esse conhecimento formal. Como já visto anteriormente essa ideia tem origem junto com a concepção de extensão no século XIX, na Inglaterra, uma vez que, em sua origem, a extensão era utilizada como instrumento apaziguador ao promovera capacitação profissional de pessoas adultas das classes oprimidas. (ALMEIDA, 1991).

Para dois dos entrevistados, extensão é colocar conhecimento em prática e/ou complementação das aulas, como poderemos observar com o trecho reproduzido abaixo:

(Professor 3): Extensão universitária, na minha visão, é nada mais que você aplicar né, o conhecimento em uma atividade prática. É praticar o conhecimento adquirido em sala de aula. É você estender o conhecimento.

O trecho apresentado, foca na questão prática da extensão, sem pensar interdisciplinaridade da extensão e dos cursos presentes no campus de Varginha, uma vez que nem todo projeto contempla as áreas estudadas em sala de aula nos cursos oferecidos.

A extensão é uma construção de informações variadas e não tem roteiro pronto. Para cinco docentes entrevistados, a extensão é a troca de conhecimento e/ou uma relação dialógica. O trecho a seguir representa o que um desses cinco depoimentos expressaram durante as entrevistas:

(Professor 4): Bom, extensão é uma atividade compartilhada entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa à UNIFAL. São ações que em determinada medida é ... [pausa na fala] integram inclusive com o ensino e com a pesquisa, e que talvez seja difícil não associar a extensão as outras duas atividades, porque as ações de extensão acabam virando ações de pesquisa e ações de ensino e são atividades, que são construídas em mão dupla, tanto da universidade UNIFAL com a comunidade, quanto da comunidade com a UNIFAL. Por isso tem que ser um projeto construído coletivamente, entre a universidade e a comunidade. São atividades para além do muro. É a maneira que a universidade moderna acaba encontrando para ser socialmente responsável, e socialmente útil. Por isso eu vou dizer mais uma vez, a necessidade da integração, de não ser uma atividade nossa para eles, e nem ser exclusivamente uma demanda deles para a gente, precisa que haja essa construção verdadeiramente coletiva. É claro, que se a gente fizer determinado curso, como por exemplo, ensinar a usar computador em escolas carentes, é claro que pode haver uma receptividade dos alunos que querem mexer com computador, mas eu acho que a concepção da palavra, pra ser uma ação de extensão um projeto precisa ser concebido entre esses dois segmentos e mesmo dentro dos muros universitários, ele deve ser um projeto que deve agregar necessariamente professores, alunos e técnicos assim.

O trecho acima descreve a integração proposta na concepção da universidade pautada no ensino, pesquisa e extensão, andando conjuntamente ao mesmo tempo em que constroem uma nova sociedade responsável e útil. Essa construção está proveniente da formação dos seus alunos, e da comunicação com a comunidade externa a universidade.

Uma vez que se propõe uma relação dialógica entre universidade e sociedade, de forma coletiva e abrangente, tanto dentro da universidade, como na comunidade em que ela está inserida, ambos os lados são beneficiados com esta interação e com o conhecimento que surge desta construção coletiva.

Como o já citado, Freire (1985), comenta em seus estudos que a extensão vista como comunicação, é a que proporciona a construção de um novo conhecimento a partir da multilateralidade, onde a universidade, através de seus estudantes, compartilha o conhecimento acadêmico, e os membros da comunidade compartilham seus conhecimentos de vida, os dois ou mais conhecimentos juntos, se comunicam e criam um novo conhecimento para todas as partes envolvidas.

Para quatro docentes entrevistados, extensão é a ação que provoca transformação e/ou impacto na sociedade. Para expressar isso observamos o trecho a seguir:

(Professor 5): Pois é, já li tanta coisa a respeito de extensão, até pra criar um projeto de extensão, a gente demanda leitura, para conceituar bem isso. Mas a extensão pra mim, é algo que a universidade atua sobre a reconfiguração de algum aspecto que na sociedade se encontra problemático e existe um problema para resolver. Por exemplo atuando com grupos que talvez possam diminuir a desigualdade social nesse sentido na administração pública quando você trabalha com conselhos gestores e participativos, você pode ter um grupo de alunos, atuando nesses conselhos e isso configurar num projeto de extensão.

A resposta acima apresenta a mesma linha de pensamento das outras três citadas nesta categoria, e expressa o desejo de que a extensão seja um instrumento para reparação de desigualdades sociais, atuando nas áreas falhas da administração pública na sociedade.

Não como um provedor de serviço social, mas como um agente nos conselhos municipais, auxiliando aos membros na gestão e nos processos burocráticos.

Para um docente a extensão é o fato de ir além da universidade e/ou trabalho de campo, como podemos observar através de sua fala:

(Professor 6): Pois é, eu tinha essa ideia que extensão era para levar o que a gente faz na universidade pra fora do âmbito da universidade. Mas as coisas que a gente faz aqui na UNIFAL, acaba sendo pra própria comunidade da UNIFAL. Então me

fica um pouco confuso o termo, assim. Eu não sei muito bem se é pra comunidade externa só, ou se conta todo mundo, não sei bem não.

O docente mostra em sua fala, que não tem muita certeza do que ele entende por extensão universitária. Tinha até algum momento que qualquer atividade realizada fora da universidade seria extensão, mas com suas próprias atividades para a comunidade acadêmica sendo incluídas na categoria extensão, passou a não ter um entendimento satisfatório.

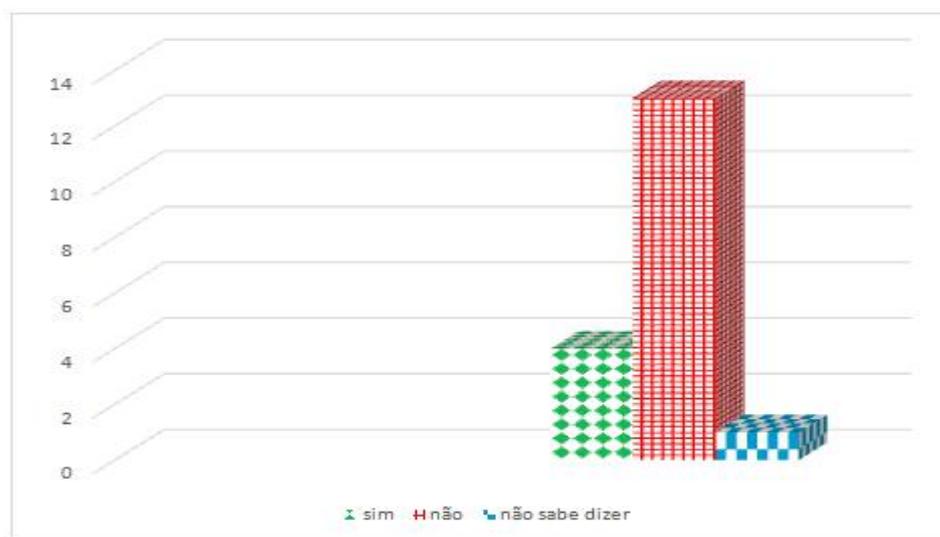
Uma atividade dentro da universidade pode ser considerada extensão, se ela abranger toda comunidade acadêmica e proporcionar a participação para a comunidade externa também.

Para um docente, extensão é a devolução para a sociedade e/ou a prestação serviços, como sua fala expressa abaixo:

(Professor 7): Acho que a extensão universitária é a possibilidade da universidade, principalmente a universidade pública, de dar o retorno para a sociedade do investimento que ela faz através de pagamentos de impostos. É uma das formas né, da universidade devolver à sociedade o investimento que ela faz, para manter toda a estrutura, e logicamente é a possibilidade também dos alunos, perceberem que há um mundo aí fora, com outra realidade diferente da sua e a possibilidade eu diria de até ajudar algumas pessoas, dependendo do tipo de projeto.

O trecho explanado se apegava na extensão como forma de prestação de serviços, corrente que foi muito popular na chegada da extensão nas universidades americanas, nas áreas rurais e urbanas (ALMEIDA, 1991). Como dito neste tópico para os alunos que também reconheceram a extensão dessa forma, na atualidade quase não se usa mais esse conceito de extensão, uma vez que a Lei de diretrizes e bases que rege a extensão nas universidades é baseada na visão de Paulo Freire, da comunicação, que não se enquadra em essa inclinação de prestação de serviços.

Na figura 12, pode-se verificar que os docentes ao serem questionados se conseguem trabalhar de maneira equilibrada, com ações de ensino, pesquisa e extensão.

Figura 12 - Você consegue trabalhar de maneira equilibrada, com ensino, pesquisa e extensão?

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Abaixo se pode observar as respostas que representam essas afirmações de maneira mais clara.

(Professor 8): Com certeza, absoluta, eu tenho certeza absoluta disso, mas só que eu tenho que fazer uma ressalva, depende da pesquisa que se quer... A extensão é a relação da universidade com a sociedade, e se eu estou no meio da comunidade e aquela comunidade demanda uma pesquisa, a universidade tem meios para fazer essa pesquisa, ela tem cabeça para fazer essa pesquisa, ela tem pessoas que sabem pesquisar, que aprenderam a pesquisar. Mas essas pessoas não se interessam por isso, porque os resultados que ela vai conseguir ali de imediato, não é o que contempla um qualis..

O trecho acima, expressa a opinião de um professor que acredita ser possível trabalhar de maneira equilibrada, com ensino, pesquisa e extensão, porém ressalva que na universidade atual, a pesquisa ainda é o eixo mais valorizado em termo de publicações, e de resultados mais imediatos. A extensão é o eixo com foco em médio, longo prazo e prático, derivam pesquisas práticas, só que com a necessidade de um tempo de vivência e envolvimento maior com a sociedade, do que uma pesquisa realizada somente intramuros na universidade.

(Professor 9): Não, porque acho que o foco nosso acaba sendo mais ensino e pesquisa, infelizmente, eu sei da importância da extensão, mas não sei se a gente não é acostumada, mas não é balanceado, não.

O trecho acima apresenta a fala de um docente que não pratica extensão, mesmo afirmando saber da sua importância dentro da universidade. Assim como outros entrevistados, a fala reforça a ideia de que a extensão é o eixo visto como menos importante, no tríptico

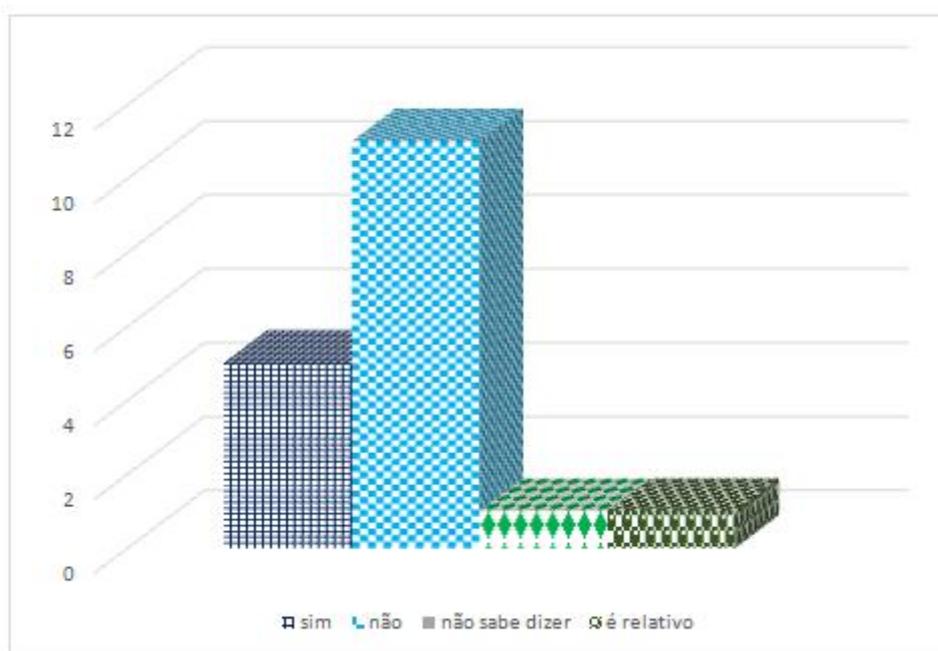
ensino, pesquisa e extensão.

(Professor 10): É relativo, depende dos projetos com os quais você está envolvido no momento.

A fala acima representa os entrevistados que não souberam dizer se conseguem trabalhar de maneira equilibrada com ensino, pesquisa e extensão e/ou acreditam que é relativo. Durante a fala o professor entrevistado, acredita que depende dos projetos que propõe a fazer conjuntamente.

Quando questionados se a extensão demanda mais trabalho e tempo, do que ensino e pesquisa, os dezenove docentes, pode-se observar na figura 13.

Figura 13 - Extensão demanda mais tempo e trabalho, que ensino e pesquisa?



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Abaixo veremos exemplos dessas afirmações:

(Professor 11): Eu acho que sim, eu acho também que é uma questão de conhecimento, eu acho que é uma questão de conhecimento. Você entra na universidade, e você tem uma formação teórica, acadêmica voltada pra pesquisa, e quando você faz mestrado, quando você faz doutorado, você tem uma formação pra pesquisa, então quando você chega na universidade, pra fazer extensão fica mais difícil. Toda a sua formação é voltada pra pesquisa, esse é o meu ponto de vista.

O trecho acima expressa a falta de proximidade com a extensão durante a formação

docente, o que dificulta a sua inserção na extensão como docente, necessitando um preparo que na visão de alguns pode significar a necessidade de demandar mais tempo e dedicação do que no ensino e na pesquisa que já são próximos da sua rotina.

(Professor 12): Não, não acho que é mais tempo e dedicação, acho que é mais o estilo de pessoa, eu sou muito nerd, assim. Eu tendo a gostar dos alunos, tendo a gostar de conversar sobre as coisas mais técnicas e tentar traduzir o que eu faço para uma linguagem mais simples, ou mais direta, ou mais aplicada, isso é um esforço pra mim, isso não é uma coisa natural pra mim. Mas eu acho que para outras pessoas é mais natural essa aproximação, depende da área que você estuda o que você faz, e isso é mais natural. Então acho que depende dos objetos de estudos, e da personalidade do professor, no meu caso não é nem uma questão disto, é que eu não tenho afinidade.

O relato acima evidencia que a extensão não demanda mais tempo e dedicação, do que ensino e pesquisa, e sim é uma questão de afinidade e aproximação com a extensão. Então se o indivíduo tiver simpatia sobre as praticas desenvolvidas na extensão universitária, a extensão será mais tranquila de ser executado do que outras áreas, ou será de igual dificuldade, se não for, ele necessitara fazer um esforço maior para a sua integração, o que para ele pode significar maior carga de trabalho e tempo.

(Professor 13): Não saberia quantificar se demanda mais. Mas creio que os dois (pesquisa e ensino) demandem tempo.

A transcrição acima, expressa a fala de um professor que aparentemente nunca realizou ações de extensão, uma vez que não sabe quantificar e relaciona somente ao ensino e a pesquisa para afirmar que demandam tempo.

Síntese das concepções epistemológicas encontradas na UNIFAL – MG, Campus Varginha

Quando observados os grupos entrevistados, pode-se perceber uma diversidade de perfis e de opiniões sobre o mesmo tema. Entre os estudantes a noção de extensão, segundo a maior parte dos entrevistados, está diretamente ligada, em sair da universidade, ao “ir além dos muros”, sem muita fundamentação, do que se irá fazer quando estiver além dos muros da universidade. Para esses alunos, o fato de alguma atividade estar sendo realizada em um espaço fora da universidade, e do espaço acadêmico, já se configura como extensão.

Segundo esse grupo de discentes para que se configure como extensão, portanto as atividades e projetos devem ser desenvolvidos obrigatoriamente em ambientes não

acadêmicos. Ao mesmo tempo em que se evidencia, que a universidade está separada por muros da comunidade e existe um universo “intramuros” e outro “extramuros”. O discurso desses alunos, assemelha-se ao discurso de Arroyo e Rocha (2010), de que se deve separar o conhecimento em duas nas subdivisões “intramuros” e “extramuros”, para assim forma-se a extensão universitária.

O segundo item mais apontado pelos discentes é colocar o conhecimento em prática, está atrelado a noção da universidade e seus estudantes, sendo os detentores do conhecimento, e que eles podem levar esse conhecimento para a sociedade. Nessa visão, a sociedade tem a função passiva, de receber o conhecimento e não participante da sua formação.

Portanto, para a maior parcela dos alunos, a universidade ainda é vista como um lugar de separação social e detentora do conhecimento intelectual, onde aqueles que estão “intramuros” têm acesso ao conhecimento formal e diferenciado. Enquanto que a comunidade externa somente através da extensão poderá ter um vislumbre desse conhecimento e do universo acadêmico. Com os dados coletados através dos docentes por sua vez, obteve-se dois itens com maior número de respostas, cinco cada, sendo elas a aproximação da sociedade, e a troca de conhecimento por meio de relação dialógica.

Na primeira a universidade age como elo entre a vida acadêmica e a realidade daquela comunidade, e promove a introdução da comunidade, dentro da universidade e da universidade na sociedade, de forma que as duas se complementem. A segunda por sua vez, propicia a troca de conhecimento e experiências, onde além de agregar a sociedade no ambiente acadêmico, a extensão promove a construção coletiva de uma nova rede de conhecimento, onde o conhecimento perpetuará e se desenvolverá nesses dois nichos e além.

Ao comparar as respostas com maior incidência nos dois primeiros grupos, percebe-se que eles não dialogam, e não seguem a mesma linha de extensão, o que evidencia a necessidade de uma unificação dos discursos, uma vez que os projetos são desenvolvidos diretamente através da parceria discente e docente. Uma vez que a parceria não enxerga a extensão da mesma forma, dificilmente conseguirão implantar um projeto conjuntamente que atenda as expectativas de docentes, discentes e principalmente a sociedade, de forma satisfatória.

No quesito “extensão, demanda mais tempo e dedicação, que ensino e pesquisa”, novamente alunos e professores divergem, a maior parcela dos alunos entrevistados (vinte oito, deles), disseram que conseguem trabalhar de maneira equilibrada com ensino, pesquisa,

e extensão, devido, talvez à obrigatoriedade do PIEPEX, onde o aluno necessita cumprir uma carga mínima nas três áreas para conseguir graduar-se. Essa obrigatoriedade, impulsiona os discentes procurem projetos e tentam equilibrar suas atividades o máximo possível. Os docentes, por sua vez, em sua maioria (treze, deles), disseram não ser capazes de equilibrar atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os relatos apresentados durante essa pesquisa mostram a tendência maior pela pesquisa, seja por questão de afinidade, ou a valorização desta na carreira.

Ao mesmo tempo em que a questão de ser possível trabalhar de maneira equilibrada com o ensino, pesquisa e extensão, depende do perfil de cada indivíduo, um indivíduo que enxerga o tripé separadamente vai encontrar dificuldades de equilibrar ações de cada seguimento ao mesmo tempo, mas o indivíduo que enxerga o tripé como seguimentos complementares, na prática não consegue fazer uma divisão.

Na questão de a extensão demandar mais tempo e dedicação, como visto foi o único quesito em que os três grupos concordaram, ao dizerem que não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, a autora descreveu previamente a construção da Universidade Federal de Alfenas – MG, de seu início, até os dias atuais, e a criação do Campus Avançado de Varginha, onde realizou-se a pesquisa. Durante o processo foi possível observar que a concepção de extensão universitária ainda está em construção na instituição. Pois cada seguimento da comunidade acadêmica vê na extensão um conceito distinto da outra. Desde a criação do campus avançado, projetos de extensão são desenvolvidos, porém como não existe uma linguagem única de extensão, a percepção por parte da comunidade acadêmica, também não é única.

Por tratar-se de um campus em construção, espera-se que futuramente os projetos de extensão possam seguir uma mesma concepção, mais voltada para a LDB e para o fórum de pró-reitores, e assim alinhar o entendimento sobre o tema, por parte de discentes, docentes. Porém não é estranho no campus essa variação de conceitos de extensão, pois como já abordado anteriormente, a raiz do problema pode ser falta de um discurso único sobre o tema na própria instituição. Durante a pesquisa, pode-se observar que existe uma divergência sobre a temática no próprio website da universidade, onde o site institucional e a Pró-reitoria de

extensão da universidade não se referem ao tema, da mesma forma. Sugere-se que as possíveis origens desta contradição possam ser investigadas em futuras pesquisas.

O alinhamento do entendimento sobre o tema, não é importante somente para a existência de um discurso único, mas também para que exista um alinhamento entre os projetos de extensão da UNIFAL à própria LDB que, inicialmente, deveria orientar as atividades educacionais na instituição. Além das propostas e diretrizes do fórum de pró-reitores, que pode auxiliar na identidade da universidade perante a comunidade. O alinhamento das concepções de extensão tende a promover de forma uniforme a articulação entre pesquisa, ensino e extensão, ao mesmo tempo em que se leva a universidade a adquirir maior consciência e responsabilidade pelas demandas sociais e promove-se a aproximação voluntária por parte da sociedade.

Uma vez que, o conceito de universidade é construído pelo tripé, ensino, pesquisa e extensão, essas três bases distintas devem manter uma articulação uniforme e constante. Durante a pesquisa realizada, porém, pode-se observar que por não existir uma conceituação única sobre o que é extensão, também não existe a estrutura para que seja possível a articulação entre as três bases, e a extensão acaba na maior parte das vezes sendo colocada em último grau de importância pela comunidade acadêmica. Mesmo que no campus e no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia, exista a obrigatoriedade na participação de ações de ensino, pesquisa e extensão, por conta do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIPEX), é importante entender que essa realidade da extensão, não é exclusiva desta instituição, ou destes cursos.

Ao analisar-se o entendimento da extensão universitária na comunidade acadêmica da UNIFAL – MG, campus Varginha, através das suas concepções epistemológicas, tornou-se perceptível a falta de um discurso único ou mesmo um diálogo entre as diferentes visões de extensão, existentes na instituição. Mesmo ao se analisar os grupos separadamente, em cada um, existem diferentes concepções sobre o mesmo tema, e elas não dialogam entre si. Discentes, e docentes, da instituição praticam ações de extensão conjuntamente, mas com viés que não caminham para o mesmo objetivo.

Ao se debater extensão universitária no campus de Varginha – MG, através de docentes e discentes e, sendo eles envolvidos ou não com a extensão universitária, ao mesmo tempo em que se investiga a evolução da extensão universitária do seu surgimento até os dias atuais, propicia a oportunidade de conhecer mais a fundo a própria evolução da universidade e

da sociedade. Além de propiciar uma nova base de dados para que novas discussões a respeito possam acontecer na UNIFAL – MG, e para o próprio fórum de pró-reitores compararem e debaterem se a realidade da extensão na UNIFAL, é semelhante a realidade da extensão em outras instituições no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Z. C. M. de. **A extensão universitária: uma terceira função.** 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 1991.

ARROYO, D. M. P.; ROCHA, M. S. P. de M. L. **Meta-avaliação de uma extensão universitária: Estudo de caso. Avaliação.** Campinas.2010, vol.15, n.2, P. 131-157.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141440772010000200008>.

Acesso em 14 jun. 2016.

BARBOSA, V. C. **Extensão Universitária: proposição e validação de um instrumento de avaliação da percepção dos discentes.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Mineira de Educação e Cultura/ Faculdade de Ciências Empresariais. Belo Horizonte, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 279 p. 2011.

BENZAQUEN, J. F. **A universidade popular dos movimentos sociais: entrevista com o prof. Boaventura de Sousa Santos.** Educ. Soc. 2012, vol.33, n.120, P.917-927.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a criação e o funcionamento do Juizado Especial de Pequenas Causas. **Diário Oficial União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Universitária.**

<https://www.UNIFALmg.edu.br/extensao/files/file/colecao_extensao_univeristaria/colecao_extensao_universitaria_1_planonacional.pdf>.

CABRAL, N. G. **Saberes Em Extensão Universitária: Contradições, tensões, desafios e desassossegos.** Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul – Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2012.

CAMPOS, C. J. G. **Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde.** Revista Brasileira de Enfermagem. V.57. N. 5. Brasília. Set/out. 2004. P.611-614.

CORRÊA, D. A.; AVELINO, C. C (Org). **De Efoa a UNIFAL - MG: Memórias de 100 anos de história.** Alfenas, MG: Universidade Federal de Alfenas, 2014.

DUCH, F. F. **Interface Extensão Universitária e Cultura Interdisciplinar.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Semiótica, Tecnologias de Informação e Educação).

Universidade Braz Cubas. Mogi das Cruzes. 2006.

FACULDADES FUNDAÇÃO MOCOCA. **Manual da Extensão Universitária**. Mococa. 2009. Disponível em: <<http://www.fafem.com.br/extens%E3o/manual.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. 2017.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: definição, projeto, pesquisa. In: Ivani C. A. Fazenda. (Org.). *Práticas Interdisciplinares na Escola*. 9 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002, v. 1, p. 15-18.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SESU / MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária** – Edição Atualizada. 2001. Disponível em: <https://www.UNIFALmg.edu.br/extensao/files/file/colecao_extensao_univeristaria/colecao_extensao_universitaria_1_planonacional.pdf>. Acesso em 25 jun. 2017.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política nacional de extensão universitária**. Manaus. Mai. 2012. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADticaNacionaldeExtens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em 16 jul. 2017.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Extensão Universitária: Organização e Sistematização**. COOPMED. Belo Horizonte, 2007.

EUGÊNIO, A. **Instituto de Ciências Sociais Aplicadas: O Campus Avançado de Varginha**. IN: _____ (Org). Universidade Federal de Alfenas – História de uma instituição centenária e de sua primeira década de transformação em universidade – 2005 – 2015. Alfenas, MG: UNIFAL-MG, 2015. P. 155- 156.

FRANCO, J. M. C.; MILANI, L. L. **Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão – PIEPEX na visão discente**. IN: Gambi, T; Consentino, D. do V; Gaydeczka, B (Org). *O desafio da interdisciplinaridade: reflexões sobre a experiência do bacharelado interdisciplinar em ciência e economia da UNIFAL – MG*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. P. 133 – 152.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, S. F. C.; GAYDECZKA, B. **Afinal, o que é essa tal interdisciplinaridade? E, o que seria um Bacharelado Interdisciplinar?** Orgs GAMBI, T; CONSENTINO, D. V.; GAYDECZKA, B. *O desafio da interdisciplinaridade: reflexões sobre a experiência do bacharelado interdisciplinar em*

ciência e economia da UNIFAL -MG. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. P. 35 – 45.

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária**: Comunicação ou domesticação. São Paulo: Cortez, 1986.

JEZINE, E. **As práticas curriculares da Extensão Universitária**. Anuário Unesco/Umesp de Comunicação Regional, Brasília/UNESCO, v. único, p. 332 –339, 2004.

JEZINE, E. **A extensão universitária como prática social**. Temas em Educação, v.15, p. 118-129, 2006.

MARTHINS, G. de. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica Para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. Ed. São Paulo: Atlas. 2009.

MELO NETO, J. F de. **Extensão universitária**: bases ontológicas. In: J. F. de. M. N. (Org.). Extensão Universitária: diálogos populares. João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba, v. 1, p. 13-33, 2002.

MICHELOTTO, R. M. **Extensão Universitária**: controvérsias. In: Seminário de Pesquisa Em Educação Da Região Sul. 1999, CURITIBA. Seminário de pesquisa – Região Sul. CURITIBA: UFPR, p. 380. 1999.

MONTEIRO, E. M. L. M. *et al.* **Extensão Universitária**: Opinião De Estudantes Do Campus Saúde De Uma Instituição Pública Da Região Metropolitana De Recife – PE. REME- Revista Mineira de Enfermagem, V. 13, n. 3, p. 349 – 357, jul./set., 2009.

NOGUEIRA, M. d. D. P. **Extensão Universitária no Brasil**: uma Revisão Conceitual. IN: FARIA, D. S. de. (Org.). Construção Conceitual da Extensão na América Latina. Brasília. Editora UNB. p. 57- 73, 2001.

PAULA, J. A. de. **A Extensão Universitária**: História, Conceito e Propostas. Interfaces – Revista de Extensão, V.1, n.1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

REZENDE, E. G.; NETO, M. D. **A Extensão Universitária na UNIFAL –MG**. IN:(Org). Universidade Federal de Alfenas – História de uma instituição centenária e de sua primeira década de transformação em universidade – 2005 – 2015. Alfenas, MG: UNIFAL-MG, p. 189- 203, 2015.

TEIXEIRA, E.; TEIXEIRA, M. C. S.; VILAÇA, P. L. A. **Três Perspectivas Sobre Um Projeto de Extensão Universitária**: Sala de Situação da Criança e do Adolescente. *Lato & Sensu (UNAMA)*, V.4. n. 1, p. 235 - 239.2003.

UNIFAL. **Institucional**. 2017. Disponível em:< <http://www.UNIFAL-mg.edu.br>>. Acesso em:

10 mai. 2016.